

HERDEIROS DA PANDEMIA: ATRASO ESCOLAR E NOVAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS SEGUNDO A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) – 2024

HEIRS OF THE PANDEMIC: SCHOOL DELAYS AND NEW EDUCATIONAL INEQUALITIES ACCORDING TO THE NATIONAL HOUSEHOLD SAMPLE SURVEY (PNAD) – 2024

HEREDEROS DE LA PANDEMIA: RETRASO ESCOLAR Y NUEVAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS SEGÚN LA ENCUESTA NACIONAL DE MUESTRAS DE HOGARES (PNAD) – 2024

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-010>

Data de submissão: 01/06/2025

Data de publicação: 01/07/2025

Eduardo Nunes Silva

Doutorando em Ensino de Ciências Exatas
Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)
E-mail: eduardo.silva35@universo.univates.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6187161433917461>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3116-8183>

Elivaldo Serrão Custódio

Professor Adjunto
Universidade do Estado do Amapá (UEAP).
Email: elivaldo.pa@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8819683729192070>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>

Emanuella Cruz Barbosa Vieira

Doutoranda em Geografia
Universidade de Lisboa
E-mail: emanuella.cruz.vieira@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4278-4558>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0656238923490247>

Kyrleys Pereira Vasconcelos

Doutoranda em Educação
Universidade Federal de Niterói (UFF)
E-mail: kyrleys.vasconcelos@ufvjm.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0375-8514>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7171709555811173>

José Barros Júnior

Especialista em Educação Matemática para o Ensino Fundamental, Anos Finais e Médio.
Instituto Kennedy
E-mail: josebarrosjuniorbarros@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6226483687810496>

Thiago Harley dos Santos
Mestrando em Artes da Cena
Universidade Federal de Goiás (UFG)
E-mail: thiagoharley@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9053163212536257>

André Costa da Silva
Mestre em Educação
Universidade Paulista (UNIP)
E-mail: andre.silva522@decente.unip.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6755-8217>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7930236774719287>

Josélia dos Santos Paixão
Especialista em Educação Especial e Inclusiva
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: joseliasilva26@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7652-0128>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1626284290693756>

Janaina Santana da Costa
Pós-Doutora em Educação
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: janaina.costa@uft.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2169-3523>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8513785193151221>

Cleane Angelo de Oliveira
Especialização em andamento em Estudo Latino Americano
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1162-5972>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4308240224192755>

Adriana Crestani Zwan Schoffen
Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais
E-mail: adrianacrest@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa os impactos educacionais da pandemia de COVID-19 no Brasil, com ênfase no atraso escolar e nas desigualdades sociais, raciais e territoriais expressas nos dados da PNAD Contínua 2024. A partir de uma abordagem qualitativa fundamentada na análise documental e estatística, o estudo examina como a crise sanitária interrompeu processos formativos e intensificou exclusões que já estavam presentes na estrutura educacional brasileira. São discutidos indicadores como analfabetismo, defasagem idade-série, taxa líquida de matrícula e evasão escolar entre jovens de 14 a 29 anos. Os resultados apontam que, apesar de avanços em anos de estudo e alfabetização, houve estagnação ou retrocesso em metas previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que se refere à universalização da Educação Básica e à inclusão no Ensino Médio e Superior. A análise revela que as perdas educacionais atingiram com mais intensidade grupos vulneráveis – pretos, pardos, populações do Norte e Nordeste e jovens de baixa renda. Além disso, o artigo discute a

sobrecarga do trabalho docente durante a pandemia e a fragilidade das políticas públicas para garantir condições de permanência escolar. Conclui-se que o atraso escolar em 2024 não se limita a uma consequência temporária da pandemia, mas evidencia um processo de reprodução das desigualdades educacionais, exigindo medidas estruturantes para recomposição de aprendizagens e garantia do direito à educação.

Palavras-chave: Atraso escolar. PNAD Contínua. Desigualdades educacionais.

ABSTRACT

This article analyzes the educational impacts of the COVID-19 pandemic in Brazil, with an emphasis on academic delays and social, racial, and territorial inequalities expressed in data from the 2024 Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua). Using a qualitative approach based on documentary and statistical analysis, the study examines how the health crisis interrupted educational processes and intensified exclusions that were already present in the Brazilian educational structure. Indicators such as illiteracy, age-grade gap, net enrollment rate, and school dropout rates among young people aged 14 to 29 are discussed. The results indicate that, despite advances in years of study and literacy, there was stagnation or regression in goals set by the National Education Plan (PNE), especially with regard to the universalization of Basic Education and inclusion in Secondary and Higher Education. The analysis reveals that educational losses hit vulnerable groups more severely – blacks, browns, populations from the North and Northeast, and low-income young people. Furthermore, the article discusses the overload of teaching work during the pandemic and the fragility of public policies to guarantee conditions for students to remain in school. It is concluded that the school delay in 2024 is not limited to a temporary consequence of the pandemic, but rather highlights a process of reproduction of educational inequalities, requiring structural measures to restore learning and guarantee the right to education.

Keywords: School delay. Continuous PNAD. Educational inequalities.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos educativos de la pandemia de COVID-19 en Brasil, con énfasis en el retraso académico y las desigualdades sociales, raciales y territoriales expresadas en datos de la Encuesta Nacional Continua por Muestreo de Hogares (PNAD Contínua) de 2024. Mediante un enfoque cualitativo basado en el análisis documental y estadístico, el estudio examina cómo la crisis sanitaria interrumpió los procesos educativos e intensificó las exclusiones que ya estaban presentes en la estructura educativa brasileña. Se discuten indicadores como el analfabetismo, la brecha de edad-grado, la tasa neta de matriculación y las tasas de deserción escolar entre jóvenes de 14 a 29 años. Los resultados indican que, a pesar de los avances en años de estudio y alfabetización, hubo estancamiento o regresión en las metas establecidas por el Plan Nacional de Educación (PNE), especialmente en lo que respecta a la universalización de la Educación Básica y la inclusión en la Educación Secundaria y Superior. El análisis revela que las pérdidas educativas afectan con mayor severidad a los grupos vulnerables: negros, pardos, poblaciones del Norte y Nordeste, y jóvenes de bajos ingresos. Además, el artículo analiza la sobrecarga de trabajo docente durante la pandemia y la fragilidad de las políticas públicas para garantizar la permanencia del alumnado en la escuela. Se concluye que el retraso escolar en 2024 no se limita a una consecuencia temporal de la pandemia, sino que pone de manifiesto un proceso de reproducción de las desigualdades educativas, que requiere medidas estructurales para restablecer el aprendizaje y garantizar el derecho a la educación.

Palabras clave: Retraso escolar. PNAD continua. Desigualdades educativas.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, iniciada em março de 2020, provocou o fechamento das escolas por longo período, obrigou a adoção de ensino remoto sem preparo prévio e suspendeu os vínculos presenciais para milhões de estudantes. Essa transição improvisada evidenciou a dependência da escola como espaço regulador e gerou condições adversas para estudantes com menor acesso a tecnologia e ambiente adequado de estudo.

A PNAD Contínua, conduzida anualmente pelo IBGE, tem sido fundamental para monitorar o impacto dessas mudanças¹, pois além de traçar o panorama do mercado de trabalho, o módulo educacional acompanha indicadores como analfabetismo em pessoas a partir de 15 anos; nível de instrução e anos de estudo para adultos; taxas de escolarização e frequência escolar líquida ajustada; e condição educativa e ocupacional de jovens de 15 a 29 anos.

Nas últimas décadas, o Brasil alcançou avanços no acesso à Educação Básica, mas a permanência e a qualidade de aprendizagem ainda enfrentam desigualdade persistente. As informações preliminares da PNAD de 2024 mostram que a taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais é de 5,3%, o menor índice desde 2016, embora ainda corresponda a cerca de 9 milhões de pessoas. O número médio de anos de estudo para adultos com 25 anos ou mais atingiu 10,1 anos, superando valores anteriores, e 56% concluiu o Ensino Médio. Esses dados indicam certo progresso estrutural, mas encobrem outro fenômeno: o aumento do número de estudantes que não completam o ciclo adequado de escolaridade.

O recorte por faixa etária revela que, em 2024, somente 93,4% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados e frequentando o ano correspondente à sua idade, abaixo da meta estipulada pela LDB. Entre os jovens de 14 a 29 anos, aproximadamente 18,5% não estudavam nem trabalhavam, sugerindo o surgimento de uma “geração nem-nem” no pós-pandemia. Essas situações indicam rupturas no vínculo escolar formal e apontam para uma nova configuração da exclusão educacional.

Relatório do UNICEF de novembro de 2020 estimou que mais de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos estavam fora da escola, com destaque para a faixa de 6 a 10 anos. O fenômeno afetou sobretudo estudantes negros, indígenas e moradores de áreas rurais e periféricas, indicando que a exclusão educacional se conecta a processos históricos de desigualdade socioespacial.

¹ Essa base ganhou importância diante da mudança no processo de coleta, que entre o segundo trimestre de 2020 e o mesmo período de 2021 substituiu as entrevistas presenciais por telefone, reduzindo significativamente a taxa de aproveitamento da amostra. Os dados desses dois anos foram considerados inviáveis, limitando a série histórica aos períodos 2016–2019 e 2022–2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>

O trabalho docente também foi intensamente afetado. Segundo Lamosa (2021, p. 104), os professores enfrentaram sobrecarga de tarefas, adaptação imediata ao ensino remoto e ausência de infraestrutura, o que expôs a fragilidade da carreira pública. Ao mesmo tempo, surgiram formas de resistência coletiva, com redes de apoio entre docentes e mobilização por condições sanitárias e tecnológicas básicas. Essa quebra de vínculo pedagógico comprometeu não apenas o acesso e a permanência, mas a própria experiência formativa do estudante.

Essa combinação — vínculos frágeis, condições adversas de ensino e descontinuidade pedagógica — favoreceu o agravamento da defasagem escolar. Os dados da PNAD 2024 confirmam que a distorção entre idade e série permanece elevada, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental no Ensino Médio. Ainda que tenha havido crescimento nas taxas de conclusão e alfabetização, persiste a distância entre matrícula e aprendizagem efetiva, revelando perdas acumuladas ao longo da pandemia.

A partir desses elementos, torna-se evidente que as desigualdades educacionais não se restringem à ausência de matrícula, mas se expressam também em trajetórias escolares instáveis, marcadas pela permanência sem garantias reais de formação. A defasagem revela uma exclusão que se dá no interior do sistema, sobretudo entre os estudantes das regiões mais vulneráveis.

Este artigo analisa o atraso escolar em 2024, com base nos dados da PNAD Contínua, interpretando-o como expressão renovada das desigualdades sociais, raciais e territoriais, marcadas pelo impacto da pandemia na Educação Básica e nas condições do trabalho docente.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota abordagem qualitativa com suporte em dados quantitativos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), com foco no suplemento de educação divulgado em 2025, referente ao ano-base de 2024. Trata-se de uma análise documental e estatística que visa interpretar os impactos persistentes da pandemia de COVID-19 no atraso escolar e nas desigualdades educacionais entre os jovens brasileiros.

A coleta de dados baseou-se nos microdados e relatórios disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente os indicadores de taxa de analfabetismo, escolarização, defasagem idade-série, frequência escolar líquida e perfil dos jovens fora da escola. Esses dados foram selecionados por sua relevância na identificação de padrões de exclusão educacional e na avaliação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O recorte temporal privilegiado compreende o ano de 2024, com comparações a séries históricas entre 2016 e 2023, para observar tendências e rupturas provocadas pela pandemia. A análise

combina leitura interpretativa dos dados estatísticos com referências bibliográficas sobre desigualdade educacional, trabalho docente e políticas públicas no campo da educação.

Além da PNAD Contínua, foram utilizadas fontes complementares como os relatórios do UNICEF (2021), o documento conjunto do Banco Mundial, Unesco e Unicef (2021), bem como marcos legais como o Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014). A triangulação entre dados, documentos oficiais e literatura científica permite compreender não apenas os efeitos mensuráveis da pandemia, mas também os sentidos sociais atribuídos ao fenômeno do atraso escolar e sua relação com marcadores de raça, classe e gênero.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

As desigualdades educacionais observadas no Brasil não podem ser compreendidas apenas a partir de indicadores estatísticos. Elas estão inseridas em processos históricos e estruturais que conectam educação, trabalho, desigualdade social e racismo estrutural. Conforme aponta Algebaile (2009), a escola pública no Brasil foi concebida de forma seletiva, funcionando como instrumento de inclusão controlada das classes populares. Essa seletividade permanece nos índices de escolarização mesmo após a universalização formal do ensino fundamental.

Segundo Cury (2002), o direito à educação, embora previsto na Constituição Federal de 1988, continua condicionado por barreiras materiais, como renda, território, gênero e raça, que delimitam as possibilidades reais de acesso e permanência. A escola, nesses termos, reflete desigualdades que atravessam todo o percurso formativo.

Ball (2001), ao discutir as políticas educacionais em contextos neoliberais, mostra como os sistemas de avaliação e metas de desempenho contribuíram para intensificar a responsabilização de alunos e professores, especialmente em situações de maior vulnerabilidade. Esse tipo de política, ao desconsiderar as condições reais de aprendizagem, tende a penalizar aqueles mais afetados pela desigualdade social.

Silva Jr. e Oliveira (2021) destacam que as desigualdades educacionais são reforçadas por políticas públicas que ignoram os marcadores sociais da diferença. A interseccionalidade, nesse caso, torna-se ferramenta importante para compreender os trajetos escolares marcados por abandono, reprovação e atraso.

A Lei nº 13.005/2014 instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de dez anos, estabelecendo vinte metas voltadas à ampliação do acesso, melhoria da qualidade e redução das desigualdades educacionais. Entre essas metas estão a universalização da educação básica na idade adequada (metas 2 e 3), o crescimento da taxa líquida de matrículas no ensino médio (meta 3) e a

ampliação do ingresso no ensino superior (meta 12). Esses objetivos expressam um compromisso normativo com a efetivação do direito à educação.

Apesar de avanços localizados nos primeiros anos, estudos apontam que a maior parte das metas do PNE não foi cumprida até 2024. Dourado (2017) observa que a ausência de articulação entre os entes federativos, o subfinanciamento da educação e a descontinuidade das políticas fragilizaram sua execução. O cenário político e fiscal após 2016 contribuiu para a estagnação dos investimentos sociais, afetando diretamente os sistemas de ensino.

O PNE também previa a redução das desigualdades educacionais com atenção à cor, raça, território e condição socioeconômica. No entanto, os dados da PNAD revelam que as diferenças entre brancos e pretos/pardos, entre regiões e entre gêneros persistiram ou se agravaram durante a pandemia. Cury (2010) sustenta que a igualdade formal do direito à educação é desmentida pela desigualdade real de acesso e permanência, o que demanda ações redistributivas e específicas.

Outro fator que contribuiu para o baixo cumprimento das metas foi a fragilidade dos instrumentos de monitoramento. Mesmo com a previsão de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), não houve regulamentação suficiente para garantir seu funcionamento. Essa ausência de mecanismos comprometeu a governança da política educacional.

A pandemia de COVID-19 acentuou vulnerabilidades já existentes, como indicaram UNICEF (2021) e Banco Mundial *et al.* (2021). O fechamento prolongado das escolas, a precariedade na conectividade digital e a ausência de políticas de recomposição da aprendizagem ampliaram o risco de retrocesso, sobretudo entre os mais pobres.

4 RESULTADOS E DISCUSÃO

A crise educacional causada pela pandemia de COVID-19 gerou impactos sem precedentes, agravando a exclusão escolar e as desigualdades preexistentes no Brasil e no mundo. Estimativas globais indicam que a proporção de crianças de 10 anos em países de baixa e média renda incapazes de ler um texto simples pode chegar a cerca de 70% devido à interrupção das aulas presenciais (Banco mundial *et al.*, 2021).

No Brasil, os efeitos imediatos incluíram o aumento abrupto de crianças e adolescentes fora da escola: em novembro de 2020, mais de 5 milhões de alunos de 6 a 17 anos não tiveram acesso à educação, ao passo que esse contingente era de cerca de 1,1 milhão em 2019 (Unicef, 2021). Esse salto na exclusão escolar concentrou-se especialmente entre crianças de 6 a 10 anos – faixa etária antes praticamente universalizada – e acendeu um alerta de regressão nos progressos educacionais obtidos nas últimas décadas (Unicef, 2021). Diante desse cenário adverso, os dados mais recentes da PNAD

Contínua 2024 permitem quantificar os “herdeiros da pandemia” em termos de atraso escolar e novas desigualdades educacionais emergentes no país.

4.1 TAXA DE ANALFABETISMO E METAS EDUCACIONAIS

Os resultados de 2024 mostram avanços em alguns indicadores, porém aquém das metas estabelecidas. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais atingiu 5,3% em 2024 – a menor da série histórica iniciada em 2016 (IBGE, 2025a) –, resultado de uma tendência decrescente desde 2016. Tal fato pode ser observado na Tabela 1, a seguir, que detalha a taxa de analfabetismo segundo sexo, cor/raça e grupo de idade.

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (%)

Brasil e Grande Região	Grupo de idade	Ano	
		2016	2024
Brasil	15 anos ou mais	6,7	5,3
	60 anos ou mais	20,5	14,9
Norte	15 anos ou mais	7,9	6,0
	60 anos ou mais	30,0	21,5
Nordeste	15 anos ou mais	13,9	11,1
	60 anos ou mais	39,9	30,7
Sudeste	15 anos ou mais	3,5	2,8
	60 anos ou mais	11,8	8,1
Sul	15 anos ou mais	3,3	2,7
	60 anos ou mais	11,5	8,0
Centro-Oeste	15 anos ou mais	5,2	3,3
	60 anos ou mais	21,3	12,8

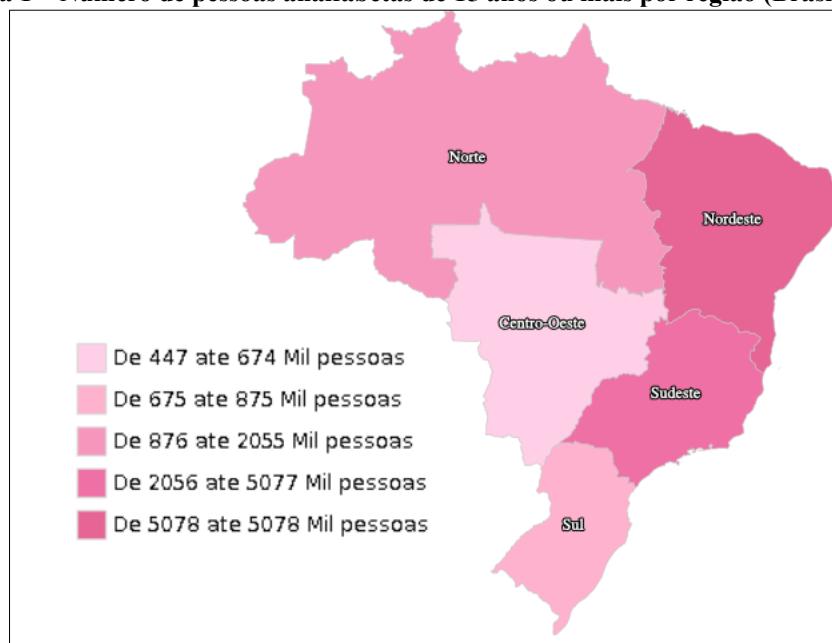
Fonte: IBGE (2025)

Observa-se um forte componente geracional nesse indicador: mais da metade dos analfabetos são idosos (5,1 milhões têm 60 anos ou mais), correspondendo a uma taxa de 14,9% nessa faixa etária. Entre adultos de 40 anos ou mais, o analfabetismo chega a 9,1%, ao passo que cai para 6,3% entre aqueles de 25 anos ou mais, refletindo a expansão da educação nas gerações mais jovens (IBGE, 2025).

De fato, como destaca a PNAD, as novas gerações vêm sendo alfabetizadas na infância, evidenciando um legado histórico em fase de superação. Em contraste, o PNE esperava reduzir a taxa de analfabetismo para 6,5% já em 2015 e eliminá-la até 2024 (Brasil, 2014), objetivo que *ainda não se concretizou*. Persistem, ademais, desigualdades importantes: em 2024, a taxa de analfabetismo entre mulheres (5,0%) foi ligeiramente inferior à dos homens (5,6%), indicando convergência das taxas por sexo nas gerações recentes. Por outro lado, entre pessoas brancas de 15 anos ou mais, a taxa era de 3,1%, menos da metade daquela observada entre pretos ou pardos (6,9%). Essas disparidades étnico-raciais se acentuam nas faixas mais idosas – entre idosos de 60+, 21,8% dos pretos/pardos eram analfabetos, versus 8,1% dos brancos – indicando um hiato histórico que permanece.

Ao observar os dados por região, conforme a Figura 1 abaixo, nota-se que em 2024 o Nordeste concentra 55,6% dos analfabetos do país (taxa de 11,1% da população de 15+ na região), contrastando com percentuais bem menores no Sul (cerca de 2,7%) e Sudeste (2,8%), evidenciando um padrão geográfico persistente de desigualdade educacional (IBGE, 2025a).

Figura 1 – Número de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais por região (Brasil, 2024)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Sidra (IBGE, 2025)

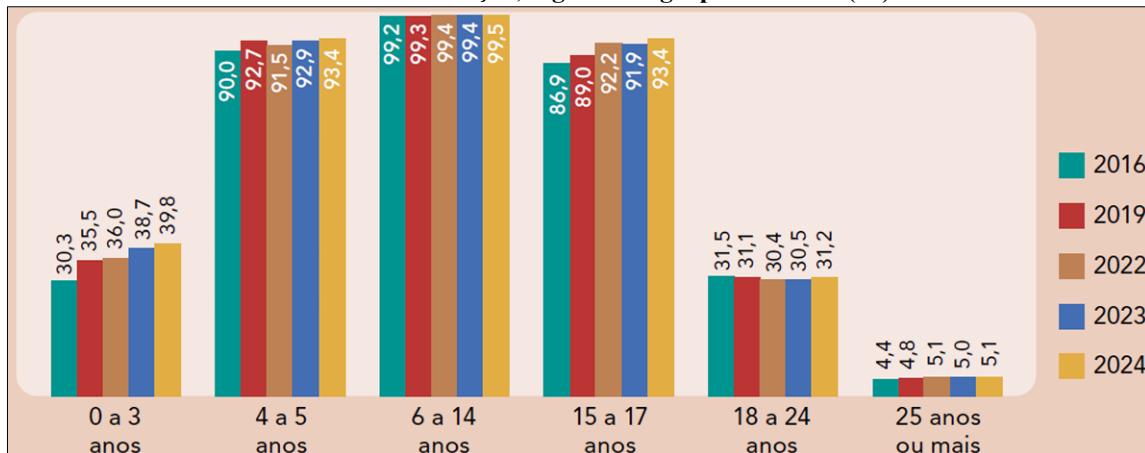
A distribuição regional do analfabetismo em 2024, evidenciada na Figura 1, reafirma padrões históricos de desigualdade educacional no Brasil. Enquanto o Nordeste concentra mais da metade dos analfabetos do país, com uma taxa de 11,1% entre a população de 15 anos ou mais, o Sul e o Sudeste apresentam percentuais bem inferiores, de 2,7% e 2,8%, respectivamente. Apesar disso, em números absolutos, o Sudeste ainda abriga o segundo maior contingente de analfabetos (cerca de 2,1 milhões de pessoas), devido ao seu peso populacional. As regiões Norte e Centro-Oeste, por sua vez, mantêm taxas intermediárias, revelando um gradiente territorial que associa o analfabetismo a desigualdades estruturais. Esses dados indicam que, embora tenha havido progresso nas taxas nacionais, a erradicação do analfabetismo exige políticas públicas com foco territorial, capazes de enfrentar as carências educacionais mais persistentes nas áreas rurais, nos estados do Nordeste e nas periferias urbanas.

4.2 TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO E ATRASO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A expansão do acesso escolar na Educação Básica obrigatória sofreu interrupções durante a pandemia, mas em 2024 retoma lentamente sua trajetória de alta cobertura, ainda que sem atingir

plenamente as metas do PNE. O Gráfico 1 abaixo apresenta as taxas de escolarização no intervalo entre 2016 e 2024 segundo os diferentes grupos de idade

Gráfico 1 – Taxas de escolarização, segundo os grupos de idade (%) – 2016-2024



Fonte: IBGE (2025)

A taxa de escolarização das crianças de 0 a 5 anos tem apresentado crescimento. Em 2024, 10,4 milhões de crianças de até 5 anos estavam matriculadas em alguma etapa da educação infantil, representando 39,8% de atendimento na faixa de 0 a 3 anos e 93,4% na faixa de 4 a 5 anos (IBGE, 2025). Nota-se um avanço consistente na creche (0–3 anos), cuja taxa aumentou 1,1 ponto percentual em relação a 2023 e 9,5 p.p. frente a 2016, atingindo seu maior nível histórico – ainda assim, inferior à meta do PNE de 50% de atendimento em creche até 2024 (Brasil, 2014). Já a escolarização na pré-escola (4–5 anos) praticamente se universalizou em termos de matrícula bruta (93,4%), consolidando uma ampla cobertura nessa etapa (IBGE, 2025).

Vale lembrar que o PNE estabelecia a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos até 2016 (brasil, 2014); apesar de não ter sido atingida integralmente na data prevista, a taxa atual aproxima-se da universalização, com pequena alta em relação a 2023 (92,9%). Persistem, no entanto, dificuldades de oferta de creche em contextos específicos: nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, muitos responsáveis apontam falta de vagas ou de unidades próximas como o segundo principal motivo para não matricular crianças de 0 a 3 anos, atrás apenas da opção de mantê-las em casa. Isso reflete desequilíbrios regionais na infraestrutura de educação infantil – no Norte, 46,8% das crianças de 2 a 3 anos fora da creche estavam nessa condição por falta de oferta local, proporção similar à do Nordeste (42,2%) e bem superior às das regiões Sul e Sudeste. Essas disparidades sugerem a necessidade de investimento direcionado à expansão da rede de educação infantil em áreas mais vulneráveis.

No Ensino Fundamental(6 a 14 anos), a taxa de escolarização se manteve praticamente universal em 2024, em 99,5%. Esse índice tem se mantido estável desde 2016, quando já era de 99,2%, indicando que o acesso à escola nessa faixa etária está virtualmente garantido (IBGE, 2025a). A universalização do ensino fundamental, Meta 2 do PNE, já havia sido praticamente atingida antes da pandemia e assim se preservou. Entretanto, entre os adolescentes de 15 a 17 anos – fase correspondente ao Ensino Médio – a taxa de escolarização registrada foi de 93,4% em 2024. Ou seja, cerca de 7% dos jovens em idade de cursar o Ensino Médio seguem fora da escola, apesar de a Educação Básica ser legalmente obrigatória dos 4 aos 17 anos pela LDB. Houve uma leve melhora em relação a anos anteriores, mas esse patamar permanece abaixo da universalização esperada.

A Meta 3 do PNE previa atender 100% dos jovens de 15 a 17 até 2016 e elevar a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio a 85% até 2024 (Brasil, 2014); como discutiremos a seguir, esse objetivo também não foi alcançado. Adicionalmente, apenas 31,2% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados em 2024 (ensino superior ou outros cursos), evidenciando a grande evasão após o Ensino Médio, enquanto na população adulta de 25 anos ou mais a taxa de escolarização cai para 5,1% – este último dado reflete, em grande medida, oportunidades de Educação de Jovens e Adultos e outros cursos entre adultos, de alcance ainda bastante limitado.

O gráfico exibe, nas faixas etárias mais jovens, variações sutis entre 2019 e 2022 que podem ser atribuídas aos efeitos da pandemia de COVID-19. Um exemplo é a taxa de escolarização das crianças de 4 a 5 anos, que recuou de 92,7% em 2019 para 91,5% em 2022, antes de retomar o crescimento nos dois anos seguintes. Essa oscilação coincide com o período de fechamento das escolas e dificuldades logísticas para a matrícula na educação infantil. Nesse contexto, é pertinente observar como a crise sanitária comprometeu temporariamente a cobertura da pré-escola, cujos níveis de atendimento foram impactados negativamente no auge da pandemia e só se recuperaram gradualmente a partir de 2023. Esse cenário reforça a necessidade de considerar os efeitos duradouros da pandemia sobre o fluxo escolar nas etapas iniciais da Educação Básica.

4.3 DEFASAGEM IDADE-SÉRIE E A FRAGILIDADE DA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL APÓS A PANDEMIA

Embora a quase totalidade das crianças e adolescentes esteja matriculada na escola, nem todos frequentam a série adequada à sua idade, configurando situações de atraso escolar. A taxa ajustada de frequência escolar líquida é o indicador que mede o percentual de estudantes na faixa etária teórica de cada etapa que estão, de fato, cursando essa etapa (ou já a concluíram, no caso do Ensino Médio). Em

2024, apenas 94,5% das crianças de 6 a 14 anos estavam cursando o Ensino Fundamentalna série adequada à idade, o menor nível já registrado (IBGE, 2025).

Houve um leve recuo em comparação a 2023 (quando era 94,6%) e um descenso mais acentuado em relação ao período pré-pandemia – em 2019 este indicador superava 97% (IBGE, 2025a). Assim, cerca de 5,5% dos alunos de 6 a 14 anos apresentavam atraso escolar no fundamental em 2024, proporção modesta, porém significativa por se tratar de etapa que deveria estar plenamente universalizada. Esse resultado mantém o país abaixo da meta intermediária de 95% estipulada no PNE para o ensino fundamental.

Tabela 2 - Taxas ajustadas de frequência escolar líquida no Ensino Fundamentalde 6 a 14 anos, segundo o sexo, a cor ou raça - Grandes Regiões (%), Brasil, 2016 a 2024.

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Total (1)	96,7	97,1	97,4	97,1	95,2	94,6	94,5
Sexo							
Homem	96,6	97,0	97,2	97,1	95,2	94,4	94,6
Mulher	96,8	97,2	97,6	97,2	95,2	94,8	94,4
Cor ou raça							
Branca	96,9	97,3	97,7	97,1	95,5	94,5	94,6
Preta ou parda	96,6	96,9	97,2	97,2	95,0	94,7	94,5
Grandes Regiões							
Norte	96,1	96,7	96,8	96,3	94,3	94,8	94,3
Nordeste	96,7	96,8	97,1	97,1	94,9	94,5	94,3
Sudeste	97,0	97,3	97,9	97,4	95,8	94,9	94,7
Sul	96,7	97,5	97,5	97,2	95,4	94,2	94,6
Centro-Oeste	96,2	96,8	97,1	97,1	94,5	94,2	94,7

Fonte: IBGE (2025)

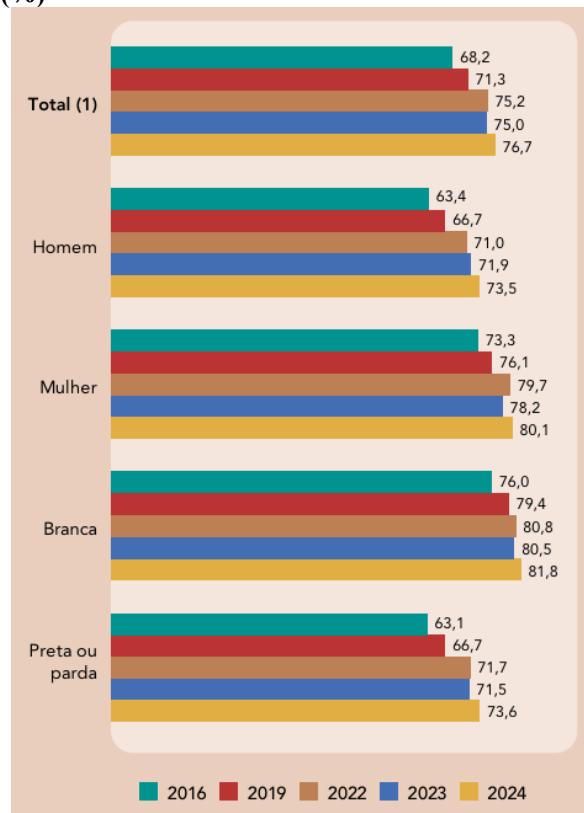
A interrupção prolongada das aulas presenciais em 2020-2021 contribuiu diretamente para esse retrocesso: a queda na frequência adequada dos 6 aos 14 anos expôs a vulnerabilidade das crianças menores diante do ensino remoto, impactando particularmente aquelas em processo de alfabetização no início do fundamental (IBGE, 2025a; Unicef, 2021). Estudos indicam que muitas crianças de 6 e 7 anos em 2020 tiveram seu aprendizado inicial comprometido, resultando em reprovações ou progressão insuficiente de série (IBGE, 2025a).

Esse déficit educacional na base do fundamental ainda não foi totalmente recuperado até 2024, implicando a necessidade de políticas de recomposição de aprendizagem e acompanhamento individualizado para esses alunos. Conforme salienta a coordenação da pesquisa do IBGE, a

fragilidade do ensino remoto para os mais novos gerou um atraso que será carregado por algum tempo até que as crianças voltem a estar frequentando a série apropriada para sua idade (IBGE, 2025a).

No Ensino Médio, por sua vez, houve algum avanço no fluxo escolar: 76,7% dos jovens de 15 a 17 anos em 2024 frequentavam ou já haviam concluído o Ensino Médio, proporção esta que representa um aumento de 1,7 p.p. em relação a 2023 (IBGE, 2025). Trata-se do maior nível da série histórica para a taxa líquida do Ensino Médio sinalizando uma lenta melhora. Ainda assim, 1 em cada 4 adolescentes de 15 a 17 anos não alcançou a etapa adequada (Ensino Médio) na idade esperada. Essa desigualdade entre grupos se evidencia no Gráfico 2, que apresenta a evolução da taxa de frequência escolar líquida no ensino médio entre 2016 e 2024, com recortes por sexo e cor ou raça.

Gráfico 2 - Taxa ajustada² de frequência escolar líquida no ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE (2025)

O índice de 76,7% permanece 8,3 p.p. abaixo da meta de 85% estipulada pelo PNE para 2024 (IBGE, 2025), revelando que o país não conseguiu cumprir o objetivo de inclusão plena no Ensino Médio. Vale notar que a defasagem idade-série no final do fundamental contribui para essa estatística.

² É um indicador que mede a proporção de crianças e jovens que estão cursando a etapa de ensino adequada à sua idade ou que já a concluíram e avançaram para a próxima, em relação ao total da população na mesma faixa etária. Esse indicador avalia a eficiência do sistema educacional em garantir o fluxo escolar sem atrasos (IBGE, 2025).

– muitos alunos ingressam no médio com atraso ou abandonam durante a transição. Além disso, subsistem desigualdades significativas na conclusão do Ensino Médio. Por exemplo, entre os jovens brancos de 15 a 17 anos, a taxa líquida de frequência ao Ensino Médio foi estimada em patamar superior ao dos pretos ou pardos, refletindo disparidades de raça/cor. Em 2024, apenas o segmento branco chegou próximo de atingir a meta do PNE no Ensino Médio, enquanto entre os jovens negros a proporção permanecia bem inferior (IBGE, 2025a).

Segundo dados recentes, a taxa líquida de matrículas no médio chegou a ser cerca de 9 pontos percentuais mais alta para os brancos do que para pretos/pardos (IBGE, 2025a), reiterando um desequilíbrio de acesso e permanência que se manifesta já nessa etapa final da Educação Básica. Diferenças por sexo também são observadas: embora a escolarização bruta dos 15-17 seja semelhante entre os gêneros, os meninos apresentam taxas levemente menores de conclusão do Ensino Médio na idade certa, em parte devido a maiores índices de reprovação e abandono associados à entrada precoce no mercado de trabalho (IBGE, 2025a).

No ensino superior, a defasagem no fluxo escolar torna-se ainda mais evidente. Aos 18 a 24 anos, apenas 27,1% dos jovens cursavam o nível superior (graduação) em 2024, que é a etapa ideal para essa faixa etária (IBGE, 2025). Somando-se os que já concluíram algum curso superior, a taxa de frequência líquida no ensino superior chegou a 31,2% (um leve aumento frente a 2023) (IBGE, 2025). Entretanto, o país não atingiu a Meta 12 do PNE, que previa 33% de taxa líquida no ensino superior até 2024 (IBGE, 2025). Novamente as disparidades aparecem: somente os jovens brancos ultrapassaram esse patamar (cerca de 37% estavam na graduação ou formados aos 24 anos), ao passo que entre pretos e pardos a taxa ficou em torno de 20,6% (IBGE, 2025) – muito aquém do esperado e denotando forte desigualdade de acesso ao ensino superior. Esse quadro reforça os desafios para as políticas públicas pós-pandemia: será preciso enfrentar o atraso escolar e reduzir as desigualdades educacionais, sobretudo garantindo que os estudantes mais vulneráveis concluam a Educação Básica na idade adequada e tenham condições de prosseguir ao nível superior (IBGE, 2025a).

4.4 JOVENS FORA DA ESCOLA: TRABALHO, DESINTERESSE E DESIGUALDADES DE GÊNERO

Os dados da PNAD 2024 evidenciam uma redução no contingente de jovens que não concluíram a Educação Básica, embora o número absoluto ainda seja alto. Entre os brasileiros de 14 a 29 anos, 8,7 milhões não haviam completado o Ensino Médio em 2024, seja por abandono escolar antes da conclusão ou por nunca terem frequentado a escola (IBGE, 2025). Esse contingente, embora

elevado, tem diminuído – era 9,3 milhões em 2023 e chegava a 11,4 milhões em 2019 (IBGE, 2025) – indicando uma melhora gradual pós-pandemia na retomada ou conclusão dos estudos.

Dos jovens atualmente sem Ensino Médio completo, a maioria (59,1%) é do sexo masculino, contra 40,9% do sexo feminino (IBGE, 2025). Também se observa uma sobrerepresentação de jovens pretos ou pardos, que correspondem a 72,5% desse grupo de excluídos, ao passo que apenas 26,5% são brancos (IBGE, 2025). Esses números revelam que o peso da evasão escolar recai desproporcionalmente sobre os grupos já historicamente desfavorecidos – homens, negros, jovens de baixa renda –, aprofundando novas desigualdades educacionais no período pós-crise sanitária. Esses dados ganham contornos ainda mais marcantes quando se observa o perfil dos jovens entre 14 e 29 anos que estão fora da escola e não concluíram o ensino médio. A Tabela 3 apresenta a distribuição desses jovens segundo sexo e cor ou raça.

Tabela 3 – Pessoas de 14 a 29 anos que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o sexo e a cor ou raça, Brasil, 2024.

Sexo e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	8,7	100,0
Sexo		
Homem	5,1	59,1
Mulher	3,6	40,9
Cor ou raça		
Branca	2,3	26,5
Preta ou parda	6,3	72,5

Fonte: IBGE (2025)

Essas desigualdades se acentuam quando se observa o perfil dos jovens entre 14 e 29 anos que estão fora da escola e não concluíram o ensino médio. Em 2024, esse contingente correspondia a 8,7 milhões de pessoas, das quais 59,1% eram homens e 72,5% se autodeclaravam pretos ou pardos. A Tabela 2 permite visualizar esse quadro, evidenciando que jovens brancos representavam apenas 26,5% desse grupo, o que indica uma concentração significativa da exclusão escolar entre populações racializadas.

Os dados mencionados apontam que a evasão escolar, mais do que uma decisão individual, está inserida em contextos sociais marcados por desigualdades persistentes. Entre os homens, a saída precoce da escola costuma estar associada à entrada no mercado de trabalho. No caso das mulheres, especialmente as negras, pesam também a maternidade precoce e os afazeres domésticos. A

sobreposição de desvantagens de gênero e raça contribui para a manutenção de barreiras estruturais no acesso à educação. A escolarização incompleta nessa etapa compromete o prosseguimento ao ensino superior e restringe o acesso a ocupações mais qualificadas, reforçando os ciclos de vulnerabilidade social.

A distribuição dos abandonos por idade sugere pontos críticos no percurso escolar. Os maiores percentuais de abandono ocorrem a partir dos 15 anos: em 2024, 12,6% dos adolescentes deixaram a escola aos 15 anos, quase o dobro da taxa de abandono aos 14 anos (6,8%) (IBGE, 2025). Aos 16, 17 e 18 anos, as taxas de abandono acumulado atingem 16,5%, 19,9% e 20,7%, respectivamente, evidenciando que o período de transição e durante o Ensino Médio concentra a evasão mais intensa. Ainda assim, chama atenção o abandono precoce durante o ensino fundamental: somando as saídas até os 13 anos, cerca de 13,3% dos jovens já haviam abandonado antes mesmo de completar a etapa fundamental (IBGE, 2025) – algo preocupante, já que essa etapa é obrigatória e teoricamente universalizada há décadas.

Geograficamente, o abandono escolar antes dos 14 anos mostrou-se mais elevado no Nordeste (7,8% dos alunos já haviam saído até os 13 anos) e no Norte (6,1%), comparativamente ao Sudeste (4,8%) ou Centro-Oeste (5,3%) (IBGE, 2025). Tais diferenças regionais sugerem fatores estruturais, como desigualdades socioeconômicas e educacionais mais acentuadas em determinadas regiões, que contribuem para a evasão ainda na infância. Isso pode incluir trabalho infantil, distâncias até a escola ou qualidade do ensino inferior em áreas vulneráveis, exigindo políticas focalizadas regionalmente.

Para compreender os motivos que levam os jovens a abandonarem os estudos, a PNAD investigou as razões declaradas pelos indivíduos de 14 a 29 anos que não frequentam a escola. Em 2024, o principal motivo apontado foi a necessidade de trabalhar, mencionado por 42,0% dos jovens que saíram ou nunca foram à escola (IBGE, 2025). Em segundo lugar veio a falta de interesse pelos estudos, razão citada por 25,1% dos entrevistados.

Observa-se que fatores econômicos e de desengajamento escolar respondem, em conjunto, por dois terços das evasões. Entretanto, ao desagregar por gênero, emergem diferenças marcantes: entre os homens jovens que abandonaram os estudos, mais da metade (53,6%) justificou a saída pela necessidade de trabalhar, seguido de 26,9% por desinteresse e apenas 4,2% mencionaram motivos de saúde (IBGE, 2025). Já entre as mulheres, a dinâmica é distinta – embora a necessidade de trabalhar também seja um fator relevante (25,1%), ele divide espaço com razões ligadas à maternidade e responsabilidades domésticas. A gravidez precoce foi o segundo motivo mais relatado por elas (23,4%), praticamente empatado com a falta de interesse (22,5%) (IBGE, 2025).

Ademais, 9,0% das jovens citaram afazeres domésticos ou cuidados de outras pessoas como causa da não continuidade escolar, enquanto essa justificativa foi irrelevante entre os homens (apenas 0,8%) (IBGE, 2025). Esses dados deixam claro que, além das condições econômicas, os papéis sociais de gênero influenciam a permanência escolar: muitas adolescentes e mulheres jovens enfrentam a dupla carga de gravidez/filhos e tarefas domésticas, o que frequentemente inviabiliza a continuidade dos estudos (Unicef, 2021). Trata-se de obstáculos adicionais para as alunas, revelando uma desigualdade de gênero persistente no direito à educação.

As análises acima delineiam um quadro complexo no pós-pandemia. Por um lado, indicadores médios de escolaridade continuaram melhorando: a proporção de adultos que concluíram ao menos o Ensino Médio alcançou 56% em 2024 – recorde histórico (IBGE, 2025) –, e a média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais chegou a 10,1 anos. Por outro lado, metas cruciais do PNE ficaram por cumprir e novas formas de desigualdade educacional emergiram ou se aprofundaram.

A pandemia atrasou a vida escolar especialmente das crianças mais novas e dos grupos já vulneráveis, legando desafios que exigem resposta rápida. Como alertou o UNICEF no auge da crise, o Brasil corre o risco de retroceder décadas no acesso e aprendizagem se não forem tomadas medidas articuladas e necessárias (Unicef, 2021). Os resultados da PNAD 2024 reforçam essa preocupação: embora haja sinais de recuperação (queda no número de jovens fora da escola em relação a 2019, por exemplo), ainda permanecemos aquém de garantir educação de qualidade para todos. Somente assim será possível mitigar os efeitos da pandemia sobre esta geração e retomar o caminho para o cumprimento das metas educacionais nacionais (IBGE, 2025a; Unicef, 2021; Banco Mundial *et al.*, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da PNAD 2024 demonstram que, embora haja indícios de recuperação educacional no período pós-pandemia, o Brasil ainda enfrenta limitações significativas para garantir a universalização da educação com equidade. O atraso escolar entre crianças e adolescentes permanece elevado, com retrocessos visíveis na taxa de frequência escolar líquida e no cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE, especialmente no ensino médio e superior.

A análise revelou que as desigualdades educacionais não apenas persistem, mas assumem novos contornos, atingindo com mais intensidade os jovens negros, pobres e do sexo masculino. A combinação de fatores como necessidade de trabalhar, gravidez precoce e desengajamento escolar evidencia a intersecção entre desigualdades econômicas e sociais.

Embora indicadores médios tenham melhorado em relação ao pico da crise sanitária, o desafio de recompor as aprendizagens perdidas e reduzir as desigualdades requer políticas públicas consistentes e focalizadas. Estratégias como busca ativa, tutoria individualizada, recomposição curricular e enfrentamento das causas da evasão precisam ser priorizadas.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que a pandemia produziu uma geração marcada por múltiplas perdas escolares, e que a superação desse legado exige o fortalecimento do papel do Estado como garantidor do direito à educação. Somente com ações integradas e sustentadas será possível recuperar trajetórias interrompidas e reverter o cenário de exclusão educacional agravado nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL; UNESCO; UNICEF. The State of the Global Education Crisis: A Path to Recovery. Washington, D.C.: World Bank, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/36744>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições. Belo Horizonte: Mazza, 2014

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação 2014-2024: democratização, qualidade e desafios da educação brasileira. Em Aberto, Brasília, v. 28, n. 93, p. 9-24, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua 2024: Educação – Apresentação. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 14 jun. 2025.

_____. PNAD Contínua 2024: Educação – Informativo. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2009

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Brasília: UNICEF Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.Unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2025.